



ALMANACH DE A. J. COSTA BRANDÃO: um panorama historiográfico na constituição do Almanaque

João Paulo Gonçalves
Graduando em História
UFG

joaopaulosilvagoncalves@gmail.com

RESUMO

Com origem atribuída à cultura árabe do *al-manaj*, relacionado ao quadrante solar que media o tempo, os almanaques são tipos de publicação que em meados de 1455 começaram a circular na Europa, com o surgimento da imprensa, e tornaram-se amplamente difundidos. Tratando de temas com funcionalidade prática, tais como previsões astrológicas e calendários que orientavam a atividade agrícola, também abordavam temas do cotidiano, como anedotas, poesias, histórias, curiosidades e diversos outros, promovendo um entretenimento acessível, com linguagem simples acompanhada de figuras e símbolos indicativos, constituindo assim, um “guia por excelência”, catálogo que descreve com minúcias as circunstâncias da vida cotidiana. No Brasil, têm início principalmente com a proclamação da liberdade de imprensa, em 1821, assumindo diversas tipologias, desde cunho administrativo, funcionando como inventário onde se encontram contidas diversas informações a respeito da vida nas cidades, com horários de trens, tabelas de preços e produtos, e tarifas; à almanaques literários. No início do século XX, tornaram-se bastante populares os almanaques de farmácia, resultantes do ideário educacional higiênico propagado pelas políticas sanitaristas, quando as edições do *Pharol da Medicina*, *Bromil*, *Capivarol* e o conhecido *Almanaque Fontoura*, criado pelo farmacêutico Cândido Fontoura e ilustrado por Monteiro Lobato, em 1920, adquiriram tiragem de cifras numerosas. O objetivo deste trabalho trata, neste contexto, de analisar o importante *Almanach da Província de Goyaz*, editado por Antônio José da Costa Brandão, em 1886, onde encontramos sintetizados importantes dados histórico-corógrafo-etnográficos sobre a então província, além de definir a medida de sua importância num âmbito historiográfico.

PALAVRAS CHAVE: Almanach, História de Goiás, historiografia goiana.

INTRODUÇÃO: O Almanaque.

Segundo a velha tradição talmúdica, dois sábios, filhos de Seth, a divindade egípcia, buscaram salvar a ciência até então constituída do Dilúvio, gravando sobre tijolo e granito o “Livro de todo o saber”, e este “Livro de todo o saber” nada mais era que um almanaque (Radich, 1983). Apesar da origem lendária, o *al-manaj* tem existência sublinhada entre os povos antigos. Na Europa, o almanaque difunde-se no contexto do surgimento da imprensa, nos confins do século XV. O primeiro data de 1455, e é impresso na região que atualmente compreende a Alemanha. Desde então, devido ao caráter popular de seus conteúdos, as altas tiragens e a sua comum gratuidade, o impresso tornou-se bastante disseminado. É definido ainda, como um gênero editorial, por ser constituído basicamente por uma seleção de textos diversos, de autores



variados, e tal seleção é feita por um único indivíduo, (o editor), ou uma equipe. (TAVARES, B. 2011).

Sua publicação tem o objetivo claro de informar e, principalmente, instruir, orientar, além de entreter. Seus conteúdos voltam-se para o cotidiano, a vida prática, a cultura material, evocando o calendário, as estações do ano, as alterações astronômicas, as festas religiosas, o trabalho agrícola, a carpintaria, a higiene, a medicina, os grandes acontecimentos e personagens da história, a indicação de feiras, a dinâmica dos correios, os textos literários, as anedotas que divertem, e finalmente, o saber astrológico (LE GOFF, 1990), e tudo através de uma escrita direta, simples, lotados de imagens, figuras e signos, tornando-se acessível a quem lê. Ainda sobre a última característica mencionada, o saber astrológico, mesmo este apresenta sua funcionalidade prática: desenvolvido por conhecedores da ciência dos astros e bastante comuns nas primeiras edições dos almanaques, apelavam não só para o caráter pessoal dos horóscopos mas mostram caminhos para a agricultura, para a alimentação, tornando público o conhecimento sobre os ciclos naturais.

O almanaque torna-se, enfim, um guia prático da vida cotidiana, e quem bebe de seu saber não é apenas o camponês medieval, mas o viajante dos séculos XVIII e XIX, o cidadão que busca conhecer sobre as rotinas administrativas de sua cidade ou mesmo sua constituição histórica, a população interessada nas novidades farmacêuticas do século XX. O almanaque aborda um conhecimento enciclopédico, atendendo a várias demandas. É uma verdadeira “manta de retalhos” (RADICH, 1983, p. 31).

No Brasil, a publicação dos almanaques não foi de somenos importância. Sua difusão dá-se, segundo Patrícia Trizotti, inicialmente após a chegada da família real portuguesa às terras brasileiras, em 1808, que marcou a implantação da imprensa régia, e principalmente após a proclamação da liberdade de imprensa, em 28 de agosto de 1821, que inicia no país a publicação da denominada “imprensa da independência” num primeiro momento, e prossegue com uma grande variedade de jornais e almanaques.



Dentre seus diversos gêneros, no Brasil do século XIX destacou-se a publicação dos almanaques administrativos, que diziam respeito das rotinas das cidades, com “horários de trens, tabelas de preços e produtos, tarifas de correio e transporte”. (TRIZOTTI, 2008, p.308). Neste contexto foram editados o *Almanach para a cidade da Bahia* (1812), o *Almanach Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco para o ano de 1860*, o *Almanach administrativo, commercial e industrial da provincia de Sao Paulo* (1883), o *Almanach administrativo, histórico, estatístico e mercantil da província do Amazonas* (1883), o *Almanach Agricola Fluminense* (1898), e diversos outros, com o intuito principal de “vender” a cidade, divulgar, exaltar, consagrar, e eram utilizados pela população em geral, como também pelos viajantes que porventura visitassem estas cidades, necessitando de informações pertinentes à sua estadia, às rotinas administrativas.

Haviam também, como exposto anteriormente, almanaques cuja orientação voltava-se para a vida cotidiana, desde seus pormenores. No *Almanach das famílias*, publicado na Bahia em 1877, há ditames que objetivam cercear as diversas instituições comuns à vida do cidadão comum, a exemplo do casamento:

Antes de casar é necessario abrir bem os olhos, e examinar seriamente os defeitos da pessoa com quem se vae ser obrigada a viver unida durante a vida inteira, afim de os conhecer, e de recuar á tempo, se fôr possível. Depois de casada deve proceder-se de modo inteiramente inverso; é necessario então fechar os olhos para não ver

os defeitos das pessoas a quem nos unimos.¹

Além das orientações deste cunho, reafirmando o caráter popular que este tipo de publicação se propunha, existem os conteúdos voltados para o divertimento, apresentando pequenas histórias cômicas, adivinhos, anedotas, etc. Exemplo claro deste divertimento proposto é a tradicional “charada”, disposta no mesmo *Almanach*:

Charada
Suas peças de harmonia
Nem pode correr a escada
Sem a minha melodia

¹ALMANACH DAS FAMILIAS, 1887, p. 234. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/xx0849_1877_00001>. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: <18/04/2015>.



*Bebe agora essa garrafa
Do velho rubim do Douro
E dir-me-has o que ficou?
Affirmo que não é ouro*

*Desejo de muitos
Tormento de outros
Remanso ditoso
Quando venturoso²*

Os mais populares, no entanto, foram os almanaques de farmácia. Publicados desde o século XIX, buscavam promover e popularizar as drogas medicinais e os artigos cosméticos da indústria farmacêutica, que elaborou grandiosas estratégia publicitárias para comercializar seus produtos, frente à medicina popular (GOMES, 2006, p.1007). Com alta tiragem, que atingia desde a população urbana até as pequenas comunidades rurais, o discurso destas publicações pregava as vantagens da boa aparência e de um corpo saudável, através da recriação de situações que representavam os problemas cotidianos voltados para a higiene, a saúde e a beleza.

O contexto ainda contribui para sua difusão: tratava-se da implementação de políticas sanitárias do início do século XX, e a difusão do impresso foi um importante mecanismo utilizado para tal. Segundo Trizotti, os almanaques de maior popularidade, cujas tiragens atingiram centenas de milhares, foram “*Saúde da mulher, Bromil, Capivarol, e o Biotônico Fontoura*”. (2008, p. 309). Este último merece destaque. Publicado para divulgar o tônico capaz de dar energia à vida, “transformando apatia em desempenho” (TRIZOTTI, 2008, p.309), teve a contribuição decisiva do intelectual Monteiro Lobato, amigo pessoal do farmacêutico Cândido Foutoura. Lobato utilizou seu personagem *Jeca Tatuzinho* no livreto que buscava alavancar campanha contra a verminose *Ankilostomina*, o “amarellão”, que deixava o personagem com “dôr na cacunda, palpitação, uma canceira que não acaba nunca!..” (Almanaque do Biotônico, 1935, p. 4 apud GOMES, 2006, p. 1013). A publicação alcançou sucesso imediato.

²ALMANACH DAS FAMILIAS, 1887, p. 238. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/xx08_49_1877_00001>. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: <18/04/2015>.



Houve na antiga província de Goiás também, a publicação do dito gênero. Seguindo o contexto dos almanaques administrativos que buscavam “vender” as cidades, destacando-as em suas minúcias, foi publicado o *Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)*, por Antônio José da Costa Brandão, e cujo principal objetivo consistia em ser “util aos goyanos”. Uma análise perspicaz desta importante obra constitui o principal objetivo deste trabalho.

O ALMANAQUEIRO

O conflito deve ser apresentado já de início: pouco há de informações biográficas a respeito do editor do *Almanach* goiano. Sabe-se que A. J. Costa Brandão militou na Guerra do Paraguai como alferes, habitou na antiga capital goiana, publicando além de dois números do *Almanach* (do segundo, referente ao ano posterior, não se encontra nem ao menos menção, mesmo que anunciado já no início da publicação para 1886: “peço a todos que corrijão meus erros e senões que repararem n’este trabalho, para que na edição de 1887, possa eu offerecer ao público, uma obra mais perfeita e completa”), as obras *Apontamentos para a Historia de Goyaz de 1762 a 1867* e *Goyaz – 1888*.³ Já no início, em nota introdutória intitulada “Aos Leitores”, Brandão faz perpassar sua propensão com a obra: “*ser útil aos goyanos; e se isso conseguir com o presente trabalho dar-me-hei por muito feliz*”. O autor destaca seus “erros e senões” e sua “apoucada inteligência”, mas a obra apresenta uma messe de informações acerca de temas amplos: desde impressões acerca da “Instrução publica”, passando pela nomeação dos diversos “Officiaes” presentes na então província, à sínteses de sua historia, fazendo entrever a face historiográfica, etnográfica e corógrafa do distinto autor. O *Almanach da Província de Goyaz* constitui-se, portanto, numa obra de significativa importância.

O *Almanach* de Brandão insere-se no gênero de almanaques administrativos, pois exprime de maneira pormenorizada as rotinas da província. Traz exposto as datas referentes às férias do foro, os feriados variáveis, as audiências, notícias da Augusta Casa Imperial, nomeia os componentes dos ministérios, além dos representantes da província, seus antigos governadores,

³ARAÚJO, José Cruciano de. Prefácio. In: BRANDÃO, Antônio José da Costa. *Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)*. Goiânia: Ed. UFG, 1978.

seus deputados, e secretários. Apresenta seus limites espaciais, seu aspecto físico e geográfico, descrevendo a configuração desta última com nitidez: das grutas aos lagos, das serras às ilhas. Explana a respeito das últimas sociedades indígenas que habitam a província, discorre sobre aspectos industriais e econômicos, a instrução pública, os hospitais e cemitérios, as datas de partidas e chegadas dos correios. Nomeia ainda, os integrantes do comando da Guarda Nacional, os membros da cavalaria, dos batalhões de infantaria, de serviço ativo e de reserva. Ainda assim, não aborda apenas informações de cunho administrativo:

A. J. Costa Brandão vai atrás ainda dos pormenores cotidianos. Sobre a Cidade de Goyaz, capital provincial, o autor reúne Advogados, Engenheiros, Taverneiros, Açougueiros, Cortidores, Dentistas, Oleiros, Pintores, Caldeireiros, Ourives, Ferreiros, Pedreiros, Barbeiros, Fogueteiros, e dezenas de outros papéis sociais exercidos no município em suas páginas. Trata ainda, de maneira rápida e bastante sintética, das demais comarcas, cidades e vilas que formam a província. O almanaque, portanto, expõe a província, glorifica-a e revela suas particularidades. Destaca todos seus elementos formadores, suas funções sociais, que a constituem como um todo. E, principalmente, orienta seus leitores. Busca ser, desde sua constituição, um “guia por excelência”.

Mesmo em se tratando de uma temporalidade específica, (o ano de 1886) A. J. Costa Brandão traz também um interessante capítulo intitulado “*Breve exposição sobre a Província de Goyaz e a origem de seus habitantes*”, onde deixa o enfoque dedicado ao “tempo presente” para rememorar os goianos de suas origens. Inicia o exposto tratando das primeiras povoações indígenas no território que compreendia a província, para chegar às bandeiras empreendidas em fins do século XVII e início do XVIII, por Bartholomeu Bueno da Silva, em 1682 e posteriormente, seu primogênito, que inclusive esteve presente nesta primeira comitiva, a mando do governador Rodrigo Cezar de Menezes, em 1722. Bartholomeu Bueno, filho do “Anhanguera”, volta às terras dos índios Goyazes, o que acarreta a fundação das primeiras povoações, e atrai grande número de aventureiros vindos de todas as regiões do reino. Após tais considerações, Brandão passa a discorrer sobre os governadores da capitania, e posterior província.



Raymundo José da Cunha Mattos, brigadeiro dos exércitos nacionais e imperiais, primeiro Governador das Armas da província de Goiás e que, segundo Americano do Brasil, nutria sincero “amor à disciplina, ao cumprimento dos deveres”⁴tece, em sua *Corografia Histórica da Província de Goiás* uma abrasada crítica aos governadores e capitães gerais de Goiás, criticando nestes a falta de patriotismo, e asseverando que, mesmo as bem aventuradas leis, que beneficiavam o comércio ou outras deficiências da província, não tinham efeito, porque o governador “propunha, e não vigiava”. “Os governadores metidos nos seus palácios quais outros baxás nos serralhos, vêm tudo por olhos alheios, e sabem tudo por maneiras desfiguradas”⁵. Em resposta a uma enquete realizada em obediência á portaria do Império de 15 de julho de 1825, cujo objetivo girava em torno de se apurar as causas da decadência em Goiás, afim de estabelecer possíveis soluções, R. J. da Cunha Mattos responde que a ruína procede, entre outras causas, da “incapacidade, prepotência e desleixo dos governantes e da preguiça e crassa ignorância dos governados...”⁶.

Mesmo em se tratando de contextos diferentes, A. J. Costa Brandão, cerca de 60 anos após a publicação da *Corografia*, trata dos governadores de província contemporâneos ao antigo Governador das Armas com semelhante arguição. Ainda que o Almanaque busque fundamentalmente informar de forma direta e prática, as considerações tomadas a respeito de alguns governos e situações ocorridas na província deixam entrever um despretensioso Costa Brandão alferes, que militara durante a Guerra do Paraguai, e que a exemplo de Cunha Mattos, presa a disciplina, o cumprimento do dever. O autor menciona o próprio R. J. da Cunha Mattos, quando discorre a respeito de um episódio ocorrido em 1823, quando correm na capital da província notícias de se acharem tropas portuguesas nos arredores do arraial de São Pedro de Alcântara, e o general comandante das armas marcha para a Comarca de São João das Duas Barras, com sua “primeira linha”.

⁴BRASIL, Antônio Americano. *Cunha Matos em Goiás 1823 – 1826*. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – 1927, tomo 96, vol. 150. In: *Pela História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG: 1980, p. 143.

⁵MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Goiânia: Lider, 1979, p. 71.

⁶BRASIL, op. cit., p. 163.



A. J. Costa Brandão destaca também, seguindo o exposto, o governador da Capitania Fernando Delgado Freire de Castilho⁷, que tomou posse em 26 de novembro de 1809, e após ter perdido a Capitania perto de “quatro mil legoas quadradas de terra”, territórios que foram incorporados á província do Maranhão e das Minas-Geraes, “sendo estas desmembrações prejudiciais aos interesses d’esta província”. A população exasperada o depôs, em 1820, entregando o poder a um triunvirato composto pelo desembargador José Alves Marques da Costa e Silva, pelo padre Luiz Antonio da Silva e Souza, e pelo coronel Alvaro José Xavier.⁸ Este foi antecedido pelo Brigadeiro Manoel Ignacio de Sampaio que, segundo Brandão, “queria sustentar a sua autoridade absoluta, isto em uma época em que o povo estava electrizado das ideias liberaes”⁹, tendo o mesmo fim que Fernando Delgado Freire de Castilho. O autor também menciona, entre os anos de 1822 e 1823, a importante intervenção do membro da junta provisória que presidia a província em 1822, padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, na Comarca de S. José das Duas Barras, quando fora proclamado um governo independente em Cavalcante, posteriormente transferido para Natividade, fazendo com que a Comarca estivesse desmembrada da de Goiás. Por meio de suas “maneiras delicadas”, o Padre conseguiu a reintegração da Comarca, pela portaria de 23 de junho de 1823 pela secretaria de estado dos negócios do Império.¹⁰ A seleção dos acontecimentos, cujo principio parece referir-se ao bom cumprimento das ordens no tocante ao aprimoramento das condições da província, é evidente em A. J. Costa Brandão.

Leny Caselli Anzai, em Dissertação de Mestrado defendida em 1985 a respeito da vida cotidiana dos trabalhadores rurais no período 1988 – 1930 tem como objeto o trabalhador rural comum, cujas atividades regem-se pelo sol, “pela lua, secas e chuvas” (1985, p. 12), e ainda pela

⁷Fernando Delgado Freire de Castilho é conhecido pelo episódio narrado pelo viajante naturalista Auguste Saint-Hilaire. Diz o cronista que após deixar o governo da Capitania, o dito Governador partiu de Vila Boa acompanhado dos filhos ilegítimos e de sua amante, “filha de um carpinteiro”. Quando, já no Rio de Janeiro, com a mulher declarando que iria acompanhá-lo de volta à Portugal na qualidade de sua legítima esposa, Fernando Delgado perde a “lucidez de raciocínio”, e põe fim a própria vida.

⁸BRANDÃO, Antônio José da Costa. *Almanach da Provincia de Goyaz (para o ano de 1886)*. Goiânia: Ed. da UFG, 1978. p. 34.

⁹Ibid., p. 34.

¹⁰Ibid., p. 35.



religião, que representava o “centro de tudo”. A autora ainda classifica este trabalhador rural como “camponês” devido principalmente ao “acesso efetivo a terra (...), a predominância de mão-de-obra familiar, a produção para a subsistência e mercado, o alto grau de autonomia no trabalho diário, o universo ideológico centrado na tradição e na religião” (1985, p. 161). A vida rural, como um todo, regulava-se pelo “calendário agrícola”. Jacques Le Goff destaca a importância desse “calendário dos trabalhos” cuja função essencial volta-se a “ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre” (1990, p. 448). Uma das funções básicas disposta nos almanaques trata, assim, de situar seus leitores no tempo. “Se o almanaque de repente, por facécia ou perfídia, lhe soltasse a mão, o abandonasse, o homem vaguearia, irremissivelmente confuso e perdido, dentro da vacuidade e do não-ser do tempo”, diz Eça de Queiroz (apud RADICH, 1983, p.35).

Em se tratando do universo do trabalhador rural, tudo era moldado pelo ciclo de trabalho: “levantava-se muito cedo e dava-se início a um trabalho que só acabaria com as tarefas cumpridas” (ANZAI, 1985, p. 71). E se um almanaque sem uma referência temporal “seria um contrassenso, um falso almanaque” (RADICH, 1983, p.36), Antônio José da Costa Brandão em seu *Almanach* também apresenta um calendário, que relaciona todos os dias do ano a seus respectivos santos, as datas de início e término das estações do ano, informações astronômicas sobre eclipses, além de mencionar as datas das festas, os feriados variáveis, as férias do foro e das audiências, seguindo a tradição dos almanaques de astrologia, cujo objetivo tratava-se de indicar caminhos para a agricultura. A Goyaz do fim do século XIX já voltara suas forças para a economia agro-pastoril, e as referências temporais dispostas no *Almanach* de Brandão certamente objetivavam prestar auxílio a tal empreitada. Ainda segundo Le Goff, o ciclo do calendário permite compreender o “estilo econômico e a mentalidade religiosa de um povo” (1990. P. 449). O almanaque, com suas intenções de auxílio prático da vida cotidiana, também permite esta compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Patrícia Trindade Trizotti aponta para uma necessidade: a falta de pesquisas e pesquisadores dedicados a explorar e inventariar os almanaques presentes nos acervos de



documentação (2008, p. 312). Outrora, em seu tempo, a publicação rendeu muitos e aguçados leitores, e foram aguardados com ansiedade, para enfim irromper em suas previsões, suas anedotas, histórias e o auxílio prestado. O Almanaque é um registro claro de seu tempo, pois carrega em si, no objetivo de sua constituição, a utilidade para seus leitores. E o estudo desta utilidade, destas necessidades, é necessária para se mensurar as particularidades da *vie quotidienne*, o “espaço próprio para as ações informais”, (ANZAI, 1985, p. 03), permite asseverar sobre a vida do homem comum.

O *Almanach para a Província de Goyaz*, nesse sentido, constitui-se como importante fonte documental, de onde se tira inclusive uma leitura historiográfica. Promove a então província, apresenta sua história, seus personagens, suas rotinas. Glorifica-a, como já foi exposto. Permite e possibilita, portanto, a análise e percepção realizada pela posteridade, da população a qual é destinado, da província, que minunciosamente retrata, e, por fim, uma leitura superficial a respeito da “historiografia da decadência” em Goiás, como é de praxe em se tratando do século XIX da capitania e posterior província.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANACH das Famílias, 1887, p. 234. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/xx0849_1877_00001>. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: <18/04/2015>.

ANZAI, Leny Caselli. **Vida Cotiana na zona rural do município de Goiás 1888-1930**. Dissertação (Mestrado em História)- UFG/GO, Goiânia, 1985.

BRANDÃO, Antônio José da Costa. **Almanach da Província de Goyaz (para o ano de 1886)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1978.

BRASIL, Antônio Americano. **Cunha Matos em Goiás 1823 – 1826**. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – 1927; tomo 96, vol. 150. In: **Pela História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG: 1980.

GOMES, Mario Luiz. **Vendendo saúde! Revisitando os antigos almanaques de farmácia**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.13, n.4, p. 1007-1018, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.



LIMA, Fabiana Oliveira de. **Para cuidar e si (e do outro). Almanaque, prognóstico e a astrologia: uma visão integral do homem, do cosmo e da vida.** In: AMORIN, Maria Alice; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (Org.). **Leituras de almanaque.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Goiás,** Goiania: Lider, 1979

RADICH, Maria Carlos. ***Almanaque – tempos e saberes.*** Coimbra: Centelha, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

TAVARES, Braulio. **Os almanaques de Julio Cortázar.** In: AMORIN, Maria Alice; NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes (Org.). **Leituras de almanaque.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. **Almanaques: história, contribuições e esquecimento.** DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n. 1, 2008.